

Clipping n° 1109

, 10 Dezembro 2012 - 10:35:35

Luzes no final do túnel Artigo de Dirceu Martins Pio (*) Os meios eletrônicos ou digitais tornaram-se efetivos no Brasil há pouco mais de 20 anos. Realizaram uma série de ataques aos jornais impressos. Erodiram sua principal fonte de receitas, os classificados, e roubaram-lhes parte considerável de sua base de leitores. Trouxeram instabilidade às mídias tradicionais e são apontados como causa principal tanto do fechamento quanto do encolhimento de impressos importantes em várias regiões do mundo. Embora o epicentro da tempestade ainda não tenha passado, é possível afirmar que os impressos começam a enxergar algumas luzes no final do túnel. Ufa! Uma das luzes está na constatação de que a informação de maior qualidade e a mais estruturada que marca presença nos meios digitais provém da base de captação dos impressos, pois só eles penetraram na turbulência em condições de ser os grandes provedores da web. Poucos ousaram cobrar por esses conteúdos na fase inicial. Foi um erro estratégico. Uma legião de consumidores passou a acreditar que é possível ser bem informado sobre os acontecimentos relevantes do país a custo zero ou ao custo de um provedor de internet. Embora pesquisas realizadas pelo New York Times demonstrem que existem milhares de pessoas dispostas a pagar por notícias exibidas na web sob determinadas marcas, será necessária toda uma didática para convencer os consumidores de que a captação de informações com qualidade é uma prática qualificada e onerosa e que, portanto, não poderão mais ser disponibilizadas gratuitamente. Recuperar na web receitas perdidas no papel tornou-se um desafio ainda maior.

Portabilidade do papel Outra luz é a percepção de que a credibilidade do papel vai fazer muita falta, se desaparecer, tanto para a democracia quanto para a articulação da sociedade. Em resumo, essa credibilidade significa o seguinte: um governo não responde a um ataque ou a uma crítica que venha pela internet, mas responde, instantaneamente, ao ataque que venha pelo papel. Um impresso independente tem toda a credibilidade do mundo e a web já nasceu sem ela, sem nenhuma credibilidade. São características intangíveis dos meios. Só o papel e de certo modo também a TV aberta tem condições de dizer, em nome da sociedade, isto é inaceitável e desse modo pressionar para que os procedimentos sejam trazidos para dentro do comportamento republicano ou da democracia. Conseguiremos enxergar mais algumas luzes quando passamos a observar de perto certas características dos meios: Os impressos levam a informação até os consumidores e a tornam pública através da exposição em bancas; para consumir uma informação na web, é preciso antes encontrá-la num cenário difuso que exige paciência e certas habilidades. Pelo celular, vem apenas a superfície da superfície da informação. Os digitais são meios para difusão quase tão somente do hard news, enquanto o papel é o meio totalmente adequado para a informação completa, estruturada. Ninguém pode sentir-se informado consumindo exclusivamente hard news. A notícia da morte do poeta Décio Pignatari chegou-me pelo celular, mas para conhecer, em detalhes, o fraco desempenho da indústria brasileira no trimestre tive de recorrer aos jornais. A portabilidade do papel é insuperável. Jornal, você lê em qualquer lugar e a qualquer hora. Para consumir uma informação pela web precisamos estar em lugar servido por energia elétrica, por sinal, e dispomos de certos equipamentos de acesso.

À espera de a tempestade passar Os defeitos do papel derivam da inadequação de uso. Os jornais impressos não deveriam, por exemplo, circular com a atual redundância de conteúdos. Ao lermos um dos grandes jornais brasileiros, teremos lido todos eles. Precisamos, com urgência, pensar em diferenciais de pauta e em conteúdos exclusivos. Não podem também conviver por mais tempo com essa brutal concentração de cobertura no triângulo Rio-SP-Brasília. Deveriam, a meu ver, resgatar, através de boa

descentraliza a distribuição de recursos, a antiga cobertura de Brasil. Os novos eixos de desenvolvimento do país são fontes de oportunidades e é natural que os leitores de jornal tenham grande curiosidade em conhecê-los e acompanhá-los. O mercado publicitário parece não olhar o papel por suas qualidades e as entidades que representam os impressos não editam campanhas para valorizá-las. Não impressões de que agem como os avestruzes – cabe a ela devidamente enfiada na areia e à espera de a tempestade passar. Quando decidirem a agir pode ser muito tarde. (*) Dirceu Martins Pio é ex-diretor da Agência Estado, da Gazeta Mercantil e atual consultor em comunicação corporativa] Observatório da Imprensa

Associação Brasileira de Empresas com Rotativa Offset (ABRO) retorna para o Sistema ABIGRAF Em reunião realizada na sede da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF Nacional) no último dia 27 de novembro, a Associação Brasileira de Empresas com Rotativa Offset (ABRO) oficializou seu retorno para o Sistema ABIGRAF, num movimento que visa fortalecer a indústria de impressão em âmbito nacional. Com a decisão, a ABRO passa a integrar o grupo de entidades que atuam em sinergia para fazer valer os interesses do setor. A ABRO surgiu a partir do amadurecimento de uma iniciativa do próprio Sistema ABIGRAF. Estabelecido originalmente em 1997 no âmbito da Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG), o Grupo de Impressores com Rotativa Offset (GIRO) tinha como foco apoiar o desenvolvimento técnico do segmento. Com algumas das mais importantes empresas gráficas brasileiras entre seus integrantes e representando parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de impressão, o GIRO ganhou força e, em 2006, desagregou-se do guarda-chuva institucional da ABIGRAF, recebendo a denominação ABRO. A partir daí, a entidade firmou-se como referência para o segmento, concentrando-se principalmente na prestação de auxílio técnico e institucional para as empresas com rotativa offset. Com 21 associados entre gráficas e fornecedores, a ABRO representa hoje 64 empresas, responsáveis pela manutenção de mais de 20 mil empregos e um faturamento de R\$ 4,7 bilhões – o equivalente a 15,7% do PIB gráfico brasileiro. Segundo o presidente da ABIGRAF Nacional, Fabio Arruda Mortara, o retorno da ABRO é motivo de muito orgulho para todos, e significará um enorme ganho estratégico para as duas entidades. Quanto maior for a convergência entre as entidades que representam os diversos segmentos da indústria gráfica, maior será a interação, sinergia e, principalmente, a força da entidade na defesa do setor, pontuou Mortara. Atualmente, a ABRO oferece, em parceria com o SENAI e fornecedores gráficos, treinamentos gratuitos que tem por objetivo aliar conhecimento acadêmico, prático e atualização tecnológica. Além disso, é a entidade responsável pela compilação do índice mensal de preços deste segmento, bem como pela elaboração de análises anuais. Com a nova configuração, a ABRO manterá as mesmas atribuições técnicas, mas se instalará na sede técnica da ABTG, entidade com a qual compartilhará infraestrutura e sinergias. Para o presidente da ABTG, Reinaldo Espinosa, o compartilhamento de informações e expertises entre as duas entidades deve contribuir para o avanço tecnológico do segmento no País. Quem sai ganhando são as empresas e profissionais gráficos, que contarão agora com as duas principais referências técnicas do setor em uma mesma casa, resumiu. Do ponto de vista político-institucional, os ganhos serão, também, significativos. Com a formalização do retorno da ABRO ao Sistema ABIGRAF, um representante da entidade dirigirá um novo grupo empresarial focado nas demandas e necessidades no setor de rotativa offset, sob o espectro institucional da ABIGRAF Nacional. Para o vice-presidente da ABRO e diretor geral da gráfica Plural, Carlos Jacomine, a força de uma indústria não reside apenas na dimensão de seu PIB, mas, principalmente, na capacidade de articulação das empresas que compõem o setor. De que adianta termos uma porcentagem significativa do PIB gráfico nacional, se temos limitada capacidade de reivindicação? A ABRO acredita no associativismo, porque não basta ser grande. É preciso fazer parte do grupo, resumiu. RV&A

Registro do ponto por meio eletrônico será tema de audiência pública Comissão discute a regulamentação do sistema de controle da jornada nesta segunda-feira (10), a partir das 9h. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública nesta segunda-feira (10) para debater os problemas do uso do ponto eletrônico. A comissão aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para discutir a regulamentação do sistema de controle da jornada

determinado pelo Ministério do Trabalho com a adoção obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) nas empresas. Paim, que defende o uso do equipamento em razão da segurança jurídica com maior proteção ao trabalhador pelo recurso tecnológico, quer conhecer as questões suscitadas por representantes de vários setores, como a suspeita de fraudes no registro do ponto e as questões trabalhistas relacionadas às horas extras. Entre os convidados estão os ministros do Trabalho e Emprego, Brizola Neto; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; além de representantes da indústria e comércio, micro e pequenas empresas, associação de supermercados, centrais sindicais, Justiça do Trabalho e fabricantes de equipamentos e softwares de registro eletrônico de ponto. (Fonte: Agência Senado)

Dieese divulga levantamento sobre greves nos últimos dois anos Pesquisa registrou a ocorrência de 554 greves em 2011, 24% maior que o do ano anterior, quando foram realizadas, em todo o País, 446 paralisações. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou no mês de novembro, estudo sobre o balanço das greves em 2010 e 2011. Os dados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), que reúne informações das paralisações de trabalhadores realizadas no Brasil desde 1978, obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical. A pesquisa registrou a ocorrência de 554 greves em 2011, número 24% maior que o do ano anterior, quando foram encontradas, em todo o País, 446 paralisações. Os resultados dos dois últimos anos confirmam a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2002 – ano em que se atingiu, com os 298 movimentos registrados, a marca mais baixa da primeira década dos anos 2000.

Predominância na esfera pública As informações dos dois anos analisados mostram a predominância de mobilizações na esfera pública, frente à privada, uma vez que em 2010 foram encontrados registros de 269 greves no setor público e 176 no privado e, em 2011, os números para cada uma dessas esferas corresponderam a 325 e 227, respectivamente. As paralisações dos trabalhadores da esfera pública, mesmo com pequena queda na participação, continuam prevalecendo e representam cerca de 60% do total anual de greves. O estudo do Dieese aborda ainda outros aspectos relacionados com as greves. Por exemplo, mostra que a maioria das mobilizações de funcionários públicos ocorre no âmbito das categorias, enquanto na iniciativa privada predominam as paralisações por empresa. (Fonte: Sinjus-MG, com Dieese) Veja aqui a pesquisa na íntegra

Veja quando o fator pode aumentar a aposentadoria O trabalhador que começou a pagar a Previdência a partir dos 30 anos deve ficar atento para verificar se o INSS escolheu a melhor aposentadoria: por idade ou por tempo de contribuição. O divisor de águas para essa decisão será o fator previdenciário. Isso porque, apesar de ser conhecido como vilão das aposentadorias, no benefício por idade o fator só é aplicado quando for aumentar seu valor final. O INSS traz as situações em que o fator aumenta o benefício por idade e as em que o melhor é o cálculo tradicional deste benefício, com o chamado coeficiente. Neste caso, o INSS calcula 70% da média salarial do segurado e inclui 1% a cada ano de contribuição que ele tiver, até 100%. Agora SP

Fator diminui grana de quem contribui tarde Na aposentadoria por idade, o trabalhador que começou a contribuir com a Previdência Social muito tarde deve ficar atento em quais situações o fator previdenciário será benéfico. O segurado que iniciou os pagamentos ao INSS com 45 anos, por exemplo, ao atingir a idade mínima para requerer um benefício por idade, que é de 65 anos (homens), verá que o fator será prejudicial. Isso acontece porque, nessa situação, apesar de o segurado já estar com uma idade elevada, ele ainda tem pouco tempo de contribuição. E esses elementos – tempo de contribuição e idade – correspondem a um fator que reduzirá o benefício. Desta forma, a aposentadoria por idade não irá considerar o fator, já que esse tipo de benefício só leva em conta o índice quando ele é vantajoso para o segurado do INSS. Por exemplo, um segurado de 67 anos que começou a contribuir aos 45 anos e que tenha uma média salarial de R\$ 1.500, ao requerer uma aposentadoria por idade teria um benefício no valor de R\$ 1.380. Se considerasse o fator, que no caso seria de 0,7318, teria um benefício menor, de R\$ 1.097,64. A diferença é de R\$ 282,36. Agora SP

Jorge Caetano Ferminopý